

Projeto “Construção do Observatório do Cooperativismo e da plataforma de avaliação de Economia Solidária a fim de apoiar as ações do PRODES”

Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



**Análise da Economia Solidária no Estado de
Mato Grosso do Sul 2002-2023**



Elaboração do Texto:

Rafael Domingos Ledesma de Nadai

Análise e Visualização de Dados:

Danilo de Oliveira César

Coordenador de Meta:

Geraldino Carneiro de Araújo

Coordenador OBCOOP UFMS:

Alessandro Gustavo Souza Arruda



Sumário

Introdução.....	5
Objetivos do Relatório e Justificativa da Pesquisa.....	5
Definição e Princípios da Economia Solidária.....	7
Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).....	8
Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF).....	8
Políticas Públicas de Economia Solidária.....	9
Economia Solidária no Brasil: Breve Histórico.....	11
Marco Conceitual e Histórico da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul e no Brasil.....	12
Evolução do Conceito e Marcos Regulatórios.....	12
Panorama Histórico da economia solidária em Mato Grosso do Sul.....	12
Principais Atores e Marcos Importantes.....	13
A Funtrab e a Economia Solidária em MS.....	15
Histórico da atuação da Funtrab na promoção da Economia Solidária.....	15
Programas, projetos e ações desenvolvidas pela Funtrab.....	16
Fórum Estadual de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (FEES/MS) e Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande (CCES).16	
Projeto MS Solidário.....	17
Impacto das ações da Funtrab.....	18
Desafios e aprendizados da Funtrab na implementação de políticas de economia solidária.....	18
Relações da Funtrab com Outros Atores.....	18
A atuação do Sebrae em relação à economia solidária no MS.....	20
A atuação da Semagro-MS em relação à economia solidária no MS.....	22
A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e a economia solidária....	25
SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária.....	25
Gestão Participativa do SIES:.....	26
Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).....	27
Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).....	28
Linha do Tempo: Evolução da economia solidária em MS.....	29
Análise de Dados Coletados e Trabalhados no Obcoop.....	31
1. Semagro.....	32
2. Senaes.....	34
3. Funtrab.....	35
4. Jucems.....	36



**Análise da Economia Solidária no Estado de
Mato Grosso do Sul 2002-2023**



5. OCB-MS.....	37
Painéis Desenvolvidos.....	38
Conclusões e Recomendações do Trabalho.....	40
Referências Bibliográficas.....	41



Introdução

A economia solidária no Brasil, pode ser descrita como um modelo econômico que prioriza a cooperação, a autogestão e a sustentabilidade e que vem ganhando cada vez mais espaço e relevância socioeconômica. Ao valorizar o trabalho humano acima do capital, a economia solidária oferece uma alternativa ao modelo econômico tradicional, buscando reduzir desigualdades e promover a inclusão social.

Em Mato Grosso do Sul, o crescimento da economia solidária é evidente, com o surgimento de diversas iniciativas como empreendimentos solidários, cooperativas e associações. Esse crescimento é impulsionado por fatores como a crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade, o aumento do desemprego e a necessidade de gerar renda para famílias de baixa renda.

Diante desse cenário, o monitoramento de dados e a implantação de estruturas que forneçam indicadores na área de economia solidária e cooperativismo tornam-se cruciais.

O Observatório de Cooperativismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (OBCOOP/UFMS) tem como objetivo auxiliar no desenvolvimento da governança das instituições cooperativas, associativas e de economia solidária buscando o aprimoramento dos seus processos de gestão e da capacitação de seus gestores, desenvolvendo acordos de cooperação, convênios e contratos que auxiliem o desenvolvimento de políticas públicas de criação de emprego e renda à população sul-mato-grossense.

O Observatório busca aprimorar a governança dessas instituições, capacitando seus gestores e fomentando a criação de empregos e renda para a população sul-mato-grossense. Por meio de pesquisas, análises e avaliações de políticas públicas, o projeto contribui para a formulação de estratégias eficazes para o desenvolvimento sustentável do estado, promovendo a colaboração entre a universidade, organizações e formuladores de políticas públicas. Além disso, o Observatório desempenha um papel crucial na coleta e produção de dados relevantes para o setor, apoiando a tomada de decisões estratégicas e o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas.

Objetivos do Relatório e Justificativa da Pesquisa

Este relatório tem como objetivo principal analisar a evolução da economia solidária no estado de Mato Grosso do Sul, destacando as ações da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) e da Secretaria Nacional de Economia



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



Solidária (Senaes) e as relações com outros atores relevantes. A pesquisa busca identificar as principais tendências, desafios e oportunidades do setor, além de subsidiar a formulação de políticas públicas que fortaleçam a economia solidária no estado.

A justificativa para este estudo reside na importância da economia solidária como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico, capaz de gerar emprego e renda, promover a inclusão social e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável. Ao analisar a trajetória da economia solidária em Mato Grosso do Sul, este relatório busca oferecer subsídios para o fortalecimento do setor e a promoção de um modelo econômico mais justo e equitativo.

Este relatório apresenta uma análise da economia solidária em Mato Grosso do Sul, com foco especial na atuação da Funtrab e da Senaes. A estrutura do documento está organizada para guiar o leitor por um panorama completo do tema, desde a definição e princípios da economia solidária até a análise de dados e recomendações. Inicialmente, serão explorados os conceitos e empreendimentos relacionados à economia solidária, seguidos de um aprofundamento nas políticas públicas e no histórico da área no Brasil e em Mato Grosso do Sul. O papel da Funtrab e da Senaes será detalhado, incluindo seus programas, projetos e impactos, bem como os desafios enfrentados. A relação desses órgãos com outros atores importantes no cenário da economia solidária também será abordada. Por fim, serão apresentadas as conclusões e recomendações do trabalho, com base na análise dos dados coletados.



Definição e Princípios da Economia Solidária

A economia solidária se baseia em princípios como a cooperação, a autogestão, a solidariedade, a democracia, a sustentabilidade e a valorização do ser humano. Ela busca construir uma economia mais justa e igualitária, em que o trabalho e a produção sejam organizados de forma coletiva e participativa (Gaiger, 2004; Cattani, 2003; Singer, 2003)

Pode ser ainda definido como um sistema socioeconômico alternativo que visa a inclusão social e o desenvolvimento sustentável por meio da autogestão e da cooperação entre os trabalhadores. Em contraste com o modelo capitalista tradicional, em que o capital e o trabalho são separados, a economia solidária busca a socialização dos meios de produção e distribuição, promovendo a democracia e a participação dos trabalhadores nas decisões da empresa.

Esse sistema socioeconômico alternativo visa a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, contrastando com o modelo capitalista tradicional ao promover a socialização dos meios de produção e distribuição, a democracia e a participação dos trabalhadores nas decisões da empresa (Singer, 2003).

Singer define ainda a economia solidária como constituída por empreendimentos formais e informais caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição, em que não há separação entre capital e trabalho. Nesse sistema, os próprios trabalhadores são os proprietários e administradores da empresa, que é gerida de forma democrática e participativa.

A economia solidária é particularmente útil em cenários de alto desemprego, proporcionando alternativas para a geração de renda e a reintegração social de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal (Singer, 2004). O contexto brasileiro, marcado por altos índices de desemprego, oferece condições favoráveis para o desenvolvimento de empreendimentos solidários (Amorim, 2005).

Arruda (2003), amplia a compreensão da economia solidária, definindo-a como uma proposta que busca organizar a economia e a sociedade em torno da crença de que uma nova socioeconomia global e um novo ser humano são possíveis.

Nunes (2002), destaca os princípios norteadores da economia solidária:

- Motivações de justiça e solidariedade nas atividades implementadas;
- Busca de reciprocidade e fraternidade nas relações interpessoais;
- Processos de autogestão e autonomia;
- Preocupação com o meio ambiente e com o progresso sustentável.



Lechat (2003), complementa esses princípios, enfatizando que a economia solidária abrange apenas empreendimentos geradores de renda e trabalho, excluindo associações sem fins lucrativos que não produzem renda.

Em suma, a economia solidária pode ser compreendida como o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, finanças e crédito) organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores de forma coletiva e autogestionária. Seus valores e princípios fundamentais são: cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica, que tem como características:

- **Cooperação:** Atuação conjunta para alcançar objetivos comuns.
- **Autogestão:** Os trabalhadores têm controle sobre o processo produtivo e a gestão do empreendimento.
- **Solidariedade:** Apoio mútuo e compromisso com o bem-estar coletivo.
- **Ação econômica:** Produção, comercialização e consumo de bens e serviços com foco no social e não apenas no lucro.

A economia solidária, com seus princípios de cooperação, autogestão e solidariedade, se materializa na prática por meio de diversas estruturas e mecanismos que visam fortalecer e impulsionar essa alternativa socioeconômica. A seguir, são apresentadas essas estruturas e seus conceitos.

Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)

São organizações como cooperativas, associações, grupos informais, fundos rotativos, bancos comunitários, clubes de trocas, redes de cooperação e centrais que atuam em diversas áreas, como produção, prestação de serviços, comercialização, crédito e finanças solidárias, consumo e trocas.

Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF)

São organizações que apoiam os EES por meio de capacitação, formação, assessoria, acompanhamento, incubação, fomento, assistência técnica, desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais.



Políticas Públicas de Economia Solidária

São ações, projetos ou programas realizados por órgãos públicos (municipais, estaduais ou federais) para fortalecer a economia solidária. Seus beneficiários diretos são os trabalhadores e sócios de EES. Essas políticas podem incluir ações de incubação, fomento, apoio, formação, qualificação, capacitação, assessoria, assistência técnica, finanças solidárias, acesso a crédito, apoio à comercialização, acesso a pesquisas e tecnologias sociais, marcos regulatórios, comunicação, campanhas, fortalecimento de fóruns e redes, conselhos e outros espaços de participação.

Além dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Políticas Públicas, outras estruturas e mecanismos desempenham um papel crucial no fortalecimento da economia solidária:

- **Redes de Intercooperação:** São articulações horizontais entre EES, que promovem a troca de experiências, a colaboração mútua e o fortalecimento da capacidade de ação coletiva. Essas redes podem ser locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, e contribuem para a criação de um mercado solidário mais amplo e dinâmico (França Filho e Laville, 2004).
- **Feiras e Mercados Solidários:** Espaços de comercialização direta entre produtores e consumidores, que valorizam a relação justa e transparente, além de promover o acesso a produtos e serviços de qualidade a preços acessíveis. Esses espaços também fomentam a cultura da solidariedade e o consumo consciente (Cattani, 2003).
- **Moedas Sociais:** Sistemas monetários alternativos e complementares, que circulam em comunidades específicas e visam estimular a economia local, fortalecer as relações de reciprocidade e promover a inclusão social de grupos marginalizados (Blanc, 2006).
- **Incubadoras e Aceleradoras de Empreendimentos Solidários:** Estruturas que oferecem suporte técnico, gerencial e financeiro para a criação e desenvolvimento de novos EES, auxiliando na superação de desafios iniciais e no fortalecimento da sustentabilidade dos empreendimentos (Singer, 2002).
- **Fóruns e Conselhos de Economia Solidária:** Espaços de diálogo e participação social, que reúnem representantes de EES, EAF, poder público e sociedade civil para discutir e formular políticas públicas, além de



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



promover a troca de experiências e o fortalecimento do movimento da economia solidária (Gaiger, 2004).

- **Hortas Urbanas e Periurbanas** - Dentro da perspectiva da economia circular e solidária, representam mais do que os espaços de produção de alimentos. São ferramentas para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e resilientes, onde a comunidade desempenha um papel central na produção e distribuição de alimentos, fortalecendo a economia local e promovendo a inclusão social.
- **Financiamento Solidário:** Mecanismos de acesso a crédito e recursos financeiros que priorizam critérios sociais e ambientais, além da viabilidade econômica, buscando fomentar o desenvolvimento de EES e a construção de uma economia mais justa e sustentável (Pereira e Santos, 2011).

Esses exemplos demonstram a diversidade de estruturas e mecanismos que contribuem para o fortalecimento da economia solidária, impulsionando a construção de um modelo socioeconômico alternativo baseado na cooperação, na solidariedade e na justiça social.



Economia Solidária no Brasil: Breve Histórico

A economia solidária no Brasil tem suas raízes no final do século XX, ganhando força na década de 1980 como resposta às consequências da precarização do trabalho formal e o aumento da informalidade, consequências do capitalismo industrial. O crescimento do desemprego e a exclusão social impulsionaram o surgimento de diversas iniciativas de economia solidária, como cooperativas, associações e empreendimentos autogestionários, buscando alternativas para a geração de trabalho e renda, e emancipação dos trabalhadores (Sá, 2005).

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em 2003, durante o governo Lula, marcou um momento crucial para o setor. Sob a liderança de Paul Singer, a Senaes implementou políticas públicas que fomentaram o desenvolvimento da economia solidária em todo o país, proporcionando apoio institucional e recursos para a criação e fortalecimento de empreendimentos (Sá, 2005).

A atuação de Paul Singer como secretário da Senaes fortaleceu a economia solidária no país, consolidando-a como uma alternativa viável ao modelo econômico tradicional. A Senaes, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), iniciou em 2004 o desenvolvimento e divulgação da economia solidária, com destaque para o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal) (Sá, 2005).

A economia solidária no Brasil:

- É uma resposta importante dos trabalhadores às transformações ocorridas no mundo do trabalho.
- Inclui organizações coletivas e autogestionárias que realizam atividades de produção de bens e serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.
- Abrange associações, cooperativas e grupos informais de pequenos produtores ou prestadores de serviços que realizam em comum a compra de insumos, a comercialização de produtos ou o processamento dos mesmos.



Marco Conceitual e Histórico da Economia Solidária em Mato Grosso do Sul e no Brasil

Evolução do Conceito e Marcos Regulatórios

A economia solidária emerge como alternativa ao modelo econômico tradicional, buscando a valorização do ser humano e a sustentabilidade. Seu conceito evoluiu ao longo do tempo, incorporando dimensões sociais, ambientais e de governança participativa. No Brasil, a economia solidária ganhou força na década de 1980, impulsionada por movimentos sociais e sindicais.

A Constituição Federal de 1988 reconhece a importância da economia solidária, abrindo caminho para marcos regulatórios como a Lei nº 12.512/2011, que institui a Política Nacional de Economia Solidária (PNES), e o Decreto nº 7.777/2012, que a regulamenta. A PNES estabelece diretrizes para o fomento da economia solidária, incluindo acesso a crédito, qualificação e comercialização.

Panorama Histórico da economia solidária em Mato Grosso do Sul

Em Mato Grosso do Sul (MS), a economia solidária se desenvolve desde os anos 2000, impulsionada por iniciativas locais e pelo apoio de instituições como a Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab). A Funtrab desempenha papel fundamental na promoção da economia solidária, oferecendo capacitação, apoio à comercialização e acesso a crédito para empreendimentos solidários.

Criada em 2003 pelo Decreto nº 11.082, a Funtrab, inicialmente denominada Fundação de Trabalho e Qualificação Profissional de Mato Grosso do Sul, já possuía em sua estrutura inicial uma Coordenadoria de Economia Solidária. Essa coordenadoria era uma das três unidades operacionais da Funtrab, juntamente com as coordenadorias de Ações do Trabalho e de Qualificação Profissional.

Em 2013, o Decreto nº 13.827 alterou o estatuto da Funtrab, renomeando-a para Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul e modificando sua estrutura. A Coordenadoria de Economia Solidária foi incorporada à Coordenadoria do Trabalho, passando a se chamar Coordenadoria de Trabalho e Economia Solidária, subordinada diretamente à Diretoria da Presidência da Fundação.

O Decreto nº 13.827/2013 definiu as competências da Coordenadoria de Trabalho e Economia Solidária, incluindo:

- Coordenar ações e projetos para geração de renda de micros e pequenos empreendedores;



- Apoiar a organização e desenvolvimento de empreendimentos solidários;
- Fomentar o acesso ao mercado para produtos e serviços da economia solidária;
- Implementar e fortalecer a Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul;
- Articular-se com outras organizações para implementar políticas de geração de trabalho e renda;
- Manter intercâmbio com instituições para assistência em áreas como marketing, gestão, finanças e técnica;
- Realizar estudos de viabilidade econômica e planos de negócios.

A Funtrab, em colaboração com outras instituições públicas, privadas e da sociedade civil, busca fomentar a economia solidária em Mato Grosso do Sul. Apesar dos desafios enfrentados, a Funtrab desempenha um papel importante no apoio e desenvolvimento de empreendimentos solidários no estado.

Principais Atores e Marcos Importantes

Governos estadual e municipais também contribuem para o desenvolvimento da economia solidária em MS, por meio de políticas públicas, editais e programas de fomento. A sociedade civil, representada por fóruns, cooperativas, associações e universidades, desempenha papel ativo na articulação e fortalecimento da economia solidária no estado.

Entre os principais atores envolvidos na economia solidária em MS, destacam-se:

- **Funtrab:** Oferece suporte técnico, capacitação e acesso a crédito para empreendimentos solidários.
- **Governos Estadual e Municipais:** Implementam políticas públicas e programas de fomento à economia solidária.
- **Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MS):** Articula e representa os diversos atores da economia solidária em MS.
- **Cooperativas e Associações:** Impulsionam a organização e o desenvolvimento de empreendimentos solidários.
- **Universidades:** Realizam pesquisas, promovem eventos e oferecem cursos sobre economia solidária.

Marcos importantes na trajetória da economia solidária em MS incluem:

- **Criação do FEES/MS (2004):** Espaço de diálogo e articulação entre os diversos atores da economia solidária.
- **Implementação do Programa Estadual de Economia Solidária (2006):** Política pública de fomento à economia solidária.



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



- **Inauguração da Central de Comercialização da Economia Solidária (2014):** Espaço para comercialização de produtos da economia solidária.
- **Criação do Selo Economia Solidária MS (2019):** Certificação para empreendimentos solidários.



A Funtrab e a Economia Solidária em MS

Histórico da atuação da Funtrab na promoção da Economia Solidária

A Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) tem desempenhado um papel crucial no fomento da economia solidária no estado desde 2003. Sua atuação se intensificou em 2004, impulsionada pela implementação de ações promovidas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e desenvolvidas em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o Governo do Estado de MS e outras instituições.

A Funtrab, por meio da sua Coordenadoria de Economia Solidária, estabeleceu-se como um importante interlocutor e articulador de políticas públicas para a economia solidária. Suas iniciativas incluíram o apoio e estímulo à discussão e organização de empreendimentos solidários por meio de redes de cooperação e grupos de trabalho. Essas ações possibilitaram a participação ativa da Funtrab em eventos como seminários, cursos de capacitação, encontros temáticos, palestras, feiras e exposições.

Um marco importante na atuação da Funtrab foi a criação da Rede de Empreendimentos em Economia Solidária em março de 2004, composta por cinco Grupos de Trabalho: quilombolas, organizações religiosas, indígenas, rurais e urbanas. A fundação também teve papel fundamental na formação da primeira Equipe Gestora Estadual (EGE) do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, em parceria com a DRT, universidades, movimentos sociais e outras instituições.

A Funtrab promoveu o 1º Seminário Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária, em maio de 2004, reunindo 167 empreendimentos e mais de 400 participantes. O evento possibilitou um primeiro levantamento do perfil dos empreendimentos e serviu como base para o mapeamento da economia solidária no estado.

Em junho de 2004, a Funtrab organizou o I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária, reunindo 114 participantes e fortalecendo o movimento no estado. A partir desse encontro, a Funtrab intensificou suas ações, promovendo cursos de capacitação, participando de videoconferências e seminários regionais, e apoiando a participação de representantes de Mato Grosso do Sul em eventos nacionais e internacionais sobre economia solidária.



Programas, projetos e ações desenvolvidas pela Funtrab

A Funtrab implementou diversos programas e projetos para fomentar a economia solidária em Mato Grosso do Sul. O Projeto Piloto da Vila Nasser ofereceu um curso de economia solidária, resultando na formação de quatro grupos de produção em áreas como artesanato, vestuário, alimentação e higiene/limpeza. Em Piraputanga, a Funtrab, em parceria com outros órgãos governamentais, apoiou a criação de 20 projetos em diversas áreas, incluindo artesanato, beleza e turismo. Além disso, a Funtrab utilizou recursos do Fundo de Investimento Cultural (FIC) para financiar projetos de capacitação em artesanato e outras atividades em comunidades de Campo Grande, fortalecendo a economia solidária em todo o estado.

Fórum Estadual de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (FEES/MS) e Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande (CCES)

A busca por alternativas de trabalho e o desenvolvimento local impulsionaram a criação de empreendimentos solidários. A colaboração entre esses empreendimentos visa superar as dificuldades do trabalho autônomo e fortalecer a resistência à competição com empresas tradicionais. O Fórum Estadual de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (FEES/MS) foi criado em 2005, seguindo o movimento nacional e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. O Fórum organizou o movimento e desenvolveu eixos estruturantes como produção, comercialização, formação e finanças. Em 2006, foi realizada a I Conferência Estadual de Economia Solidária e criada a Central de Comercialização de Economia Solidária de Campo Grande (CCES).

A CCES é um espaço comercial participativo que concentra atividades de prestação de serviços e comercialização de produtos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) associados. As centrais de comercialização solidárias no Brasil visam promover o comércio justo, o consumo ético e o desenvolvimento de pequenos empreendimentos. A criação da CCES, sancionada pelo Governo do Estado do MS em parceria com o FEES/MS, teve como objetivos proporcionar um espaço de comercialização, promover formação em economia solidária, dar visibilidade ao movimento e estimular cadeias produtivas solidárias.

A CCES está localizada em um prédio público de dois andares no centro de Campo Grande. No térreo funciona a loja, com produtos artesanais e alimentícios dos EES. O primeiro andar abriga escritórios da central, de uma cooperativa, de um grupo de costureiras e um espaço para pintores. O segundo andar possui um salão para atividades de dança, teatro e capoeira, além de salas para o Fórum



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



Nacional de Economia Solidária, um grupo de teatro e um depósito. A gestão do espaço é compartilhada entre os participantes e o Fórum.

A CCES, formalizada como associação, conta com 35 empreendimentos participantes, que oferecem serviços de costura, salão de beleza e massagem, além de produtos artesanais. Os empreendimentos estão localizados em Campo Grande e outras cidades do Mato Grosso do Sul, incluindo áreas indígenas e quilombos. Para se associar à Central, os grupos interessados passam por um processo de formação em economia solidária para entender o movimento e o funcionamento da central.

Projeto MS Solidário

O Projeto MS Solidário, uma iniciativa do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Fundação do Trabalho (Funtrab), em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e sua Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), atuou no combate à pobreza e no fortalecimento da economia solidária em todo o estado. De 2016 a 2017, o projeto executou 12 seminários de sensibilização e mobilização em municípios como Antônio João, Bataguassu e Batayporã, beneficiando 439 pessoas. Além disso, foram realizadas cinco oficinas de formação de formadores em Jardim, Mundo Novo, Japorã, Itaporã e Douradina.

O MS Solidário visava a inclusão social e produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade, abrangendo áreas urbanas e rurais, comunidades indígenas e quilombolas, além de assentados da reforma agrária e agricultores familiares. As oficinas do projeto abordavam temas como a identificação de empreendimentos econômicos solidários, a constituição de núcleos de contato e informações sobre produção, comercialização, consumo e finanças solidárias. O projeto também promoveu feiras de artesanato e produtos orgânicos, manteve a Loja Central da Economia Solidária e ofereceu oficinas de design em feiras regionais e estaduais.

O projeto gerou resultados, como o desenvolvimento de empreendimentos com couro de peixe em Mundo Novo, a produção de artesanato indígena e a criação de diversos produtos artesanais que geraram renda e fortaleceram a economia do estado. O diretor-presidente da Funtrab, Wilton Acosta, destacou a importância do MS Solidário na superação da extrema pobreza e na inclusão social e produtiva de diversos segmentos da população.

O projeto previa a inclusão e a ampliação de ações em todo o estado, além da criação de uma feira estadual de economia solidária em Campo Grande. A expectativa era que o MS Solidário continuasse a gerar resultados positivos, promovendo a inclusão social, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da economia solidária em Mato Grosso do Sul.



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



Destaca-se aqui a importância dos dados coletados nessa ação, que foram utilizados na construção dos painéis de dados históricos de economia solidária apresentados pelo Obcoop/UFMS.

Impacto das ações da Funtrab

As ações da Funtrab têm gerado um impacto significativo na economia solidária em Mato Grosso do Sul. Os programas e projetos desenvolvidos pela fundação têm proporcionado capacitação, acesso a recursos e oportunidades de comercialização para os empreendimentos solidários, resultando na geração de renda, empregos e inclusão social para diversas comunidades.

Desafios e aprendizados da Funtrab na implementação de políticas de economia solidária

A Funtrab enfrentou desafios como a resistência e desconfiança de algumas prefeituras e instituições, a desinformação dos empreendimentos sobre a economia solidária e a falta de integração entre as políticas governamentais. No entanto, a fundação aprendeu a importância de trabalhar em parceria com outras instituições e de promover a capacitação e a conscientização sobre a economia solidária para fortalecer o setor.

Relações da Funtrab com Outros Atores

A Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Funtrab) estabelece parcerias estratégicas com diversos atores para fortalecer a economia solidária no estado:

1. Órgãos Federais: A Funtrab mantém parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), especialmente por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Essa colaboração se traduz em ações conjuntas, como o mapeamento de empreendimentos de economia solidária e a formação de agentes de desenvolvimento solidário.
2. Outros Estados e Municípios: A Funtrab articula-se com outros entes federativos por meio de projetos como o "MS Solidário", que visa à superação da extrema pobreza e ao fortalecimento da economia solidária em Mato Grosso do Sul. Essa articulação permite a troca de experiências e a realização de projetos conjuntos.
3. Sociedade Civil: A Funtrab coopera com diversas organizações da sociedade civil, como o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MS), associações de catadores e cooperativas. Essa cooperação se manifesta no apoio à organização e desenvolvimento de empreendimentos solidários, na



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



promoção de feiras e eventos, e na oferta de assessoria técnica e capacitação.

4. Universidades e Centros de Pesquisa: A Funtrab estabeleceu parcerias com universidades como a UFMS, por meio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), e a UCDB, que contribuem com pesquisas, formação e capacitação em economia solidária.
5. SEBRAE: A parceria com o SEBRAE foi utilizada para o desenvolvimento de projetos como o "MS Solidário" e o GEOR (Gerenciamento Estratégico Orientado para Resultados), que visam capacitar e profissionalizar os empreendimentos solidários, além de auxiliá-los no acesso ao mercado.
6. Prefeituras Municipais: A Funtrab atua em conjunto com as prefeituras municipais na implementação de políticas públicas de economia solidária, como a criação de leis municipais de apoio ao setor e a realização de feiras e eventos.
7. Outros Órgãos: A Funtrab também estabeleceu parcerias com outras instituições, como o INCRA, em projetos como a implantação de incubadoras de economia solidária em assentamentos rurais, e com cooperativas de crédito, que ofereceram linhas de financiamento específicas para empreendimentos solidários.



A atuação do Sebrae em relação à economia solidária no MS

O Sebrae em Mato Grosso do Sul atua como um importante agente de fomento e desenvolvimento da economia solidária no estado, oferecendo um conjunto de serviços e programas que visam fortalecer os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Sua atuação abrange desde a capacitação e formação dos empreendedores solidários até o apoio na gestão, no acesso a mercados e na articulação em redes, contribuindo para a profissionalização e o crescimento desses empreendimentos.

A instituição promove cursos, oficinas e palestras que abordam temas como gestão, finanças, marketing e comercialização, capacitando os empreendedores para enfrentar os desafios do mercado. Além disso, o Sebrae oferece assessoria técnica e consultoria especializada, auxiliando os EES na elaboração de planos de negócios, na gestão financeira, na formalização e em outras questões estratégicas.

O Sebrae também atua no fomento e no acesso a mercados, apoiando a participação dos EES em feiras, eventos e rodadas de negócios, o que possibilita a ampliação da visibilidade e a conquista de novos clientes. A instituição também incentiva a criação e o fortalecimento de redes de cooperação entre EES, promovendo a troca de experiências e o desenvolvimento de projetos conjuntos.

Em parceria com o poder público, o Sebrae contribui para a formulação e implementação de políticas públicas de apoio à economia solidária, buscando criar um ambiente favorável ao desenvolvimento do setor. Exemplos de experiências exitosas, como a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Campo Grande e a Associação de Mulheres Produtoras de Derivados do Leite de Terenos, demonstram o impacto positivo da atuação do Sebrae no fortalecimento e na profissionalização dos EES em Mato Grosso do Sul.

A atuação do Sebrae na economia solidária em Mato Grosso do Sul é um exemplo de como o apoio técnico e a capacitação podem impulsionar o desenvolvimento de empreendimentos que geram renda, inclusão social e promovem um modelo de economia mais justo e sustentável.

No contexto da interface entre economia criativa e solidária, o Sebrae em Mato Grosso do Sul desempenha um papel de fomento ao desenvolvimento de pequenos negócios e empreendimentos nos setores da agricultura familiar e da economia criativa. Por meio de capacitações, consultorias e acesso a recursos, o Sebrae estimula a inovação, a geração de valor agregado e a sustentabilidade, impulsionando a produção local e o desenvolvimento econômico e social do estado.



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



Iniciativas como o Pró Pantanal, que apoiam pequenos negócios e promovem capacitações em municípios do bioma, demonstram o compromisso do Sebrae em fortalecer a economia criativa e solidária, gerando oportunidades e renda para comunidades locais, em consonância com os princípios de inclusão, sustentabilidade e valorização do capital humano e cultural.

A economia criativa, definida por Howkins (2001) como o conjunto de atividades econômicas baseadas no capital intelectual, cultural e na criatividade individual ou coletiva, tem se destacado como um motor de desenvolvimento econômico e social. Essa nova economia valoriza a produção de bens e serviços que incorporam conhecimento, cultura e criatividade, abrangendo setores como design, moda, música, artes visuais, audiovisual, games, publicidade e arquitetura.

A interface entre a economia criativa e a economia solidária ocorre em diversos níveis, tanto de forma complementar quanto crítica. Ambas reconhecem o potencial criativo e o conhecimento como centrais para a geração de valor e inovação, valorizam a produção local, a cultura e o patrimônio, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, e podem gerar oportunidades de trabalho e renda, promovendo inclusão social.

No entanto, existem diferenças na estrutura e organização, com a economia criativa muitas vezes se baseando em modelos individuais ou em pequenas empresas, enquanto a economia solidária prioriza a organização coletiva e a autogestão. A economia criativa pode apresentar desafios relacionados à precarização do trabalho, enquanto a economia solidária busca garantir condições justas e dignas.

Além disso, a economia criativa pode ser influenciada por desigualdades de acesso a recursos, enquanto a economia solidária busca promover a equidade. Apesar das diferenças, a economia criativa e a economia solidária podem se complementar e fortalecer mutuamente. A economia solidária pode se beneficiar da capacidade da economia criativa de gerar inovação e valor agregado, enquanto a economia criativa pode se inspirar nos princípios da economia solidária para promover modelos de negócios mais justos, inclusivos e sustentáveis.



A atuação da Semagro-MS em relação à economia solidária no MS

A SEMAGRO, entre os anos de 2017 a 2022, atuou em diversas frentes para promover a economia solidária no estado, utilizando como estratégia o desenvolvimento sustentável e da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul, em parceria com diversas instituições.

Cabe aqui um contexto sobre a relação entre a economia solidária e a agricultura familiar, uma vez que ambas compartilham uma série de princípios e valores que as tornam complementares e mutuamente benéficas. A economia solidária, definida por autores como Paul Singer (2002) como “uma alternativa ao capitalismo que se baseia na autogestão, na solidariedade e na cooperação”, encontra na agricultura familiar um campo fértil para sua aplicação. A agricultura familiar, por sua vez, caracterizada por sua produção em pequena escala, uso intensivo de mão de obra familiar e forte ligação com o território, se beneficia da economia solidária ao encontrar alternativas para a comercialização, acesso a crédito e fortalecimento de suas organizações.

A relação entre economia solidária e agricultura familiar se manifesta em diversas práticas, como a criação de cooperativas e associações de produtores, a implementação de sistemas participativos de garantia da qualidade, o desenvolvimento de circuitos curtos de comercialização e a valorização da agroecologia. Essas práticas contribuem para o aumento da renda dos agricultores familiares, a promoção da segurança alimentar, a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da cultura e da identidade local. Conforme aponta Gaiger (2004), a economia solidária oferece à agricultura familiar "um conjunto de ferramentas e estratégias que permitem superar as dificuldades impostas pelo modelo econômico dominante e construir um futuro mais justo e sustentável".

Com isso, destacamos a seguir a atuação da Semagro nessa frente.

Em 2017, a Secretaria, em parceria com a Agraer, apoiou a Associação Leste Pantaneira de Apicultores (Alespana) em Anastácio, premiada internacionalmente. A Semagro também criou o Proacin, programa de apoio às comunidades indígenas. Além disso, incentivou o consumo de alimentos saudáveis na Feira de Orgânicos em Campo Grande e, em parceria com a Universidade Católica Dom Bosco e a Energisa, apoiou a comunidade quilombola Furnas do Dionísio, em Jaraguari, em sua busca por geração de renda e desenvolvimento local. As escolas da Rede Estadual de Ensino em todo o estado também receberam apoio para adquirir produtos da agricultura familiar para a merenda escolar.



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



Já em 2018, a Semagro abriu chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar e concedeu o Selo de Agricultura Familiar à comunidade Furnas do Dionísio, em Jaraguari. A Secretaria também lançou a Tecnofam, feira de tecnologia para a agricultura familiar, em parceria com a Embrapa, e apoiou projetos de hortas agroecológicas em comunidades indígenas em parceria com a UFMS, e de produção de ervas medicinais em assentamentos. A Agraer realizou uma capacitação sobre Boas Práticas na Alimentação Escolar para técnicos e servidores das secretarias de Educação e Agricultura do município de Paranhos.

O foco da Semagro se manteve no incentivo à agricultura familiar, em 2019, com apoio às feiras de produtos orgânicos e à produção orgânica por meio do Pro-Orgânico. A Semagro também apoiou um projeto de produção e processamento de ervas medicinais no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, com repasse de recursos para compra de equipamentos.

Em 2020, a Semagro focou seus esforços e recursos para a compra direta de alimentos da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em diversos municípios, incluindo Japorã, Santa Rita do Pardo, Guia Lopes da Laguna e Dourados. O apoio aos produtores na obtenção da certificação de orgânico também continuou.

Neste ano, houve o lançamento da plataforma Manucã para auxiliar agricultores familiares na comercialização de seus produtos. Esta implementação visando fortalecer a comercialização de produtos da agricultura familiar no contexto das adversidades impostas pela pandemia de COVID-19. A iniciativa surgiu como resposta à necessidade de auxiliar os pequenos produtores a escoarem sua produção de hortifrutigranjeiros, diante da queda no consumo e das dificuldades no modelo tradicional de comercialização.

A plataforma Manucã, cujo nome em guarani significa "vou trabalhar na roça", presta homenagem aos agricultores familiares e oferece um espaço virtual gratuito para divulgação e conexão entre produtores e compradores. Com um sistema de cadastro simples e intuitivo, a plataforma permite que os agricultores anunciem seus produtos, ampliando sua rede de potenciais clientes. Paralelamente, compradores e empresas de logística podem acessar a plataforma para identificar fornecedores e otimizar a distribuição dos produtos, fomentando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social no estado.

Em 2021, a Semagro, buscando fortalecer o cooperativismo em Mato Grosso do Sul, firmou um Termo de Cooperação Técnica com diversos parceiros estratégicos. Essa ação visava ampliar a atuação do Governo do Estado em ações de capacitação e fomento ao setor. Entre os parceiros envolvidos estavam entidades



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



do setor produtivo, como o Sistema OCB/MS, o Sebrae-MS, a Unicafes e o Senar/MS, além da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e a Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul (SFA/MS), representando o Governo Federal.

Destaca-se em 2022 a parceria firmada entre a Semagro e o Sebrae-MS para garantir apoio integral aos produtores na obtenção do certificado de produto orgânico. Além disso, a Secretaria implementou programas e ações para fortalecer a agricultura familiar e garantir a segurança alimentar da população.

Em 2023, a nova gestão estadual transformou a antiga Semagro em Semadesc (Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação), vinculando inclusive a Funtrab a esta nova estrutura a partir de sua criação.



A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e a economia solidária

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi criada em 2003 com a missão de inserir a economia solidária na agenda pública e elaborar políticas para empreendimentos solidários e seu desenvolvimento no Brasil. A Senaes adotou uma estratégia singular de articulação, priorizando parcerias com outros ministérios e entes públicos para alcançar resultados, reconhecendo o caráter transversal da economia solidária.

A Senaes também estabeleceu parcerias internacionais, identificando a economia solidária como um modelo em expansão em outros países. A aproximação mais intensa ocorreu com países sul-americanos, especialmente no âmbito do Mercosul, em que a Senaes passou a integrar a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM) em 2007.

Internamente, a Senaes realizou o mapeamento de empreendimentos para a elaboração de um Atlas da Economia Solidária, resultando no Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Em 2012, a atuação da Senaes foi incluída no Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, integrando o Plano Brasil Sem Miséria.

A partir de 2013, observou-se um declínio na participação da Senaes e da economia solidária na agenda política, culminando com o rebaixamento da Senaes a subsecretaria em 2016 e sua extinção em 2019. A trajetória da Senaes reflete a inclusão da economia solidária na agenda pública e seu posterior desmonte, representando a interrupção de uma política pública direcionada à ação coletiva de trabalhadores (Chiarello, 2020)

SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária

O Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) foi uma iniciativa pioneira para a identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF). Ele foi criado em 2003 pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) com o objetivo de mapear a economia solidária no Brasil.

Ele foi criado com os seguintes objetivos:



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



- Constituir uma base nacional de informações em economia solidária.
- Fortalecer e integrar os empreendimentos de economia solidária por meio de cadastro, redes, catálogos de produtos e comercialização.
- Favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo os processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade.
- Subsidiar processos públicos de reconhecimento e certificação das iniciativas de economia solidária.
- Subsidiar os processos de formulação de políticas públicas e a elaboração de um marco jurídico para a economia solidária.

Gestão Participativa do SIES:

O SIES é gerido de forma participativa, envolvendo representantes governamentais e não governamentais. A Comissão Gestora Nacional (CGN) define objetivos, diretrizes, metodologia e gerencia o sistema, enquanto as Comissões Gestoras Estaduais (CGE's) e as Coordenações Técnicas Estaduais (CTE's) atuam na coleta e alimentação dos dados.

Fases do SIES:

1. Pré-listagem de EES.
2. Capacitação das equipes técnicas.
3. Visita aos EES para coleta de dados.
4. Revisão e validação do questionário.
5. Alimentação da base de dados.
6. Análise e tratamento dos dados.
7. Divulgação dos resultados.

Instrumentos de Disseminação do SIES:

- Portal na internet com informações nacionais, regionais, estaduais e municipais.
- Atlas da Economia Solidária (impresso e digital).
- Base de microdados disponível para pesquisadores.
- Sistemas Estaduais de Informações.

Subsídios para Programas e Projetos:



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



- Informações para participação em feiras de economia solidária.
- Estudos e mobilização para conferências de economia solidária.
- Informações para o MTE sobre segmentos econômicos, redes e demandas de qualificação.
- Informações para o Programa de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária.
- Elaboração de campanhas nacionais de divulgação.
- Criação do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário.
- Implantação de sistemas estaduais de comercialização da agricultura familiar e economia solidária.

O SIES foi, na época, uma ferramenta muito utilizada para o desenvolvimento e fortalecimento da economia solidária no Brasil, pois forneceu informações importantes para a formulação de políticas públicas, para o apoio aos empreendimentos e para a promoção da visibilidade e do reconhecimento da economia solidária como uma alternativa viável e sustentável de desenvolvimento econômico e social.

Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) se configura como uma rede nacional de articulação e representação do movimento da economia solidária no Brasil. Composto por fóruns em diferentes níveis territoriais, o FBES reúne empreendimentos, entidades de assessoria, governos e municípios, com o objetivo de fortalecer a economia solidária como modelo de desenvolvimento socioeconômico.

A atuação do FBES se dá em duas frentes principais: a incidência política, por meio da participação em espaços de formulação de políticas públicas e do diálogo com outros movimentos sociais, e o fortalecimento da base do movimento, por meio do apoio aos fóruns locais e da promoção de ações de capacitação e intercâmbio. Essa atuação visa consolidar a economia solidária como alternativa para um desenvolvimento mais justo e sustentável no país.



Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)

O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), instituído pela Lei nº 10.683/2003 e regulamentado pelo Decreto nº 5.811/2006, configura-se como um órgão colegiado de natureza consultiva e propositiva, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Sua finalidade primordial reside no fomento e promoção de ações que visem ao engajamento da sociedade civil e do governo na política de economia solidária, estabelecendo diretrizes e propondo medidas de aperfeiçoamento para a legislação e atividades do MTE e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Dentre as competências do CNES, destacam-se a proposição de diretrizes para a política de economia solidária, a sugestão de medidas para o aprimoramento da legislação e das ações do MTE e da SENAES, a mediação de parcerias entre entidades da sociedade civil e a SENAES, bem como a atuação conjunta com conselhos correlatos. Adicionalmente, o CNES desempenha um papel fundamental na articulação e promoção do diálogo entre os diversos atores envolvidos na economia solidária, fomentando a criação de redes e o intercâmbio de experiências.

A composição do CNES reflete a diversidade de atores envolvidos na economia solidária, contando com a participação de representantes do governo federal, de secretarias estaduais de trabalho, de órgãos estaduais e municipais de apoio à economia solidária, de empreendimentos econômicos solidários, além de membros de outras organizações da sociedade civil e serviços sociais. O plenário, órgão máximo de deliberação do CNES, reúne-se ordinariamente a cada três meses, com o objetivo de discutir e aprovar propostas e ações que visem ao fortalecimento da economia solidária no país.



Linha do Tempo: Evolução da economia solidária em MS





Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023





Análise de Dados Coletados e Trabalhados no Obcoop

Um banco de dados, como definido por Elmasri e Navathe (2017, p. 5), é uma "coleção de dados inter-relacionados, representando informações sobre um domínio específico". Essa estrutura serve como um repositório centralizado e organizado, permitindo o armazenamento e gerenciamento eficiente de grandes volumes de dados. A importância dos bancos de dados é inegável em diversos setores, pois eles capacitam as organizações a armazenar, recuperar e analisar informações de maneira eficaz, impulsionando a tomada de decisões estratégicas, a otimização de processos e o crescimento sustentável.

No cerne dessa arquitetura de dados, encontra-se o conceito fundamental de tabela. Uma tabela, conforme descrito por Silberschatz, Korth e Sudarshan (2010, p. 33), é uma "estrutura de dados bidimensional que consiste em linhas e colunas". Ela representa a unidade básica de organização de dados em um banco de dados relacional, encapsulando uma entidade ou conceito específico dentro do domínio de aplicação. Essa estrutura tabular, como elucidado por Elmasri e Navathe (2017, p. 33), é a base da organização de um banco de dados: "Um banco de dados é composto por um conjunto de tabelas, e cada tabela é composta por um conjunto de linhas e colunas".

As colunas de uma tabela, também referidas como atributos, desempenham um papel crucial na definição das características e propriedades da entidade representada. Cada coluna especifica o tipo de dado que pode ser armazenado em cada célula da tabela, garantindo a consistência e a integridade das informações. Por outro lado, as linhas, ou tuplas/registros, representam instâncias individuais da entidade, contendo um conjunto de valores que correspondem às colunas definidas. Cada linha, portanto, encapsula um conjunto completo de informações sobre uma ocorrência específica da entidade representada pela tabela.

Essa organização estruturada em tabelas, com suas colunas e linhas bem definidas, oferece uma série de vantagens. Ela facilita o acesso, a manipulação e a consulta aos dados, permitindo que as informações sejam facilmente localizadas, filtradas, ordenadas e agregadas de acordo com as necessidades específicas dos usuários. Além disso, a estrutura tabular promove a integridade dos dados, garantindo que as informações sejam armazenadas de forma consistente e precisa, e facilita a aplicação de restrições e regras de negócio para manter a qualidade dos dados ao longo do tempo.

A combinação de bancos de dados, tabelas, colunas e linhas forma a base de um sistema robusto e flexível para o gerenciamento de informações. Essa estrutura



permite que organizações de todos os portes e setores armazenem, acessem e analisem dados de forma eficiente, impulsionando a tomada de decisões informadas, a otimização de processos e o sucesso em um mundo cada vez mais orientado por dados.

A partir deste ponto do relatório, é apresentada uma análise técnica das bases de dados disponibilizadas por diferentes instituições, incluindo a Semagro, Senaes, Funtrab, Jucems e OCB-MS. O objetivo é descrever o conteúdo de cada base, avaliar a qualidade dos dados e destacar potenciais usos e limitações.

Originalmente, o acesso aos dados seria obtido por meio de termos de cooperação, conforme estabelecido no plano de trabalho. No entanto, essa estratégia não foi implementada devido a decisões da gestão do projeto. Em vez disso, os dados foram coletados por meio de arquivos fornecidos diretamente pelos técnicos das instituições parceiras: Funtrab, Semagro, OCB-MS e Jucems.

No caso da OCB-MS e Jucems, os dados foram compartilhados em pesquisas conduzidas com pesquisadores do OBCOOP em outros projetos relacionados, como a análise de cenário do cooperativismo no MS.

Em relação aos dados da Semagro/Semadesc, optou-se por não incluí-los nos painéis. Essa decisão se baseia no fato de que a maioria desses dados consiste em recortes de relatórios e informações de sistemas não públicos ou proprietários, cuja origem não pode ser verificada. Além disso, alguns dados são de natureza pessoal e, portanto, sujeitos à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), exigindo tratamento específico antes de sua utilização.

A seguir, temos a análise de cada arquivo trabalhado no projeto e suas características:

1. Semagro

- SEMAGRO - TABULAÇÃO ÚNICA 11.02.2020:
 - Contém registros sobre produtores do estado, possivelmente organizados por projetos de assentamentos ou comunidades. A coleta de dados sem um dicionário de dados prejudica a identificação e análise das informações.
 - Os campos presentes na planilha são heterogêneos e passaram por um processo de reorganização após tratamento manual dos dados. Com um total de 52 entradas e 157 colunas, a base de dados apresenta informações incompletas e heterogêneas dentro de suas



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



cinco abas, o que limita sua utilidade como fonte confiável de informações.

- SEMAGRO - RELAÇÃO GERAL ASSENTAMENTOS MS DATOS ABRIL 2019:
 - Esta planilha, atualizada em 2019, oferece informações sobre assentamentos e comunidades tradicionais do Mato Grosso do Sul. Os dados incluem localização, número de famílias, produtores, área, região, origem do assentamento e informações normativas.
 - Apesar da organização manual e repetição de dados, a base é útil para entender o cenário dos assentamentos e comunidades no estado. Com o devido tratamento, como a eliminação de duplicatas e padronização dos dados, a base pode ser utilizada para análises geográficas e socioeconômicas dos assentamentos.
 - Possui sete abas heterogêneas, com dados por vezes repetidos e consolidados entre as abas, nos diferentes registros (aproximadamente 2.300 entradas) e colunas (média de 30 campos) de cada aba.
- SEMAGRO - FLUXO ESTATÍSTICO DAP´s 2017 e 2019 MS:
 - Reúne registros de DAP's (Declaração de Aptidão ao Pronaf) entre 2017 e 2019, abrangendo todos os municípios do estado. Os dados incluem nome do produtor, número da DAP e município. A base é completa para os anos em questão e permite análises sobre a distribuição geográfica das DAP's. A partir dessa base, é possível identificar áreas com maior concentração de produtores familiares e avaliar a evolução do acesso ao Pronaf no estado.
 - Os campos de dados incluem informações pessoais dos produtores e seus companheiros, número da DAP e município de localização. O conjunto de dados abrange todas as DAPs do Mato Grosso do Sul nos anos de 2017 e 2019, totalizando cerca de 35 mil registros, cada um representando uma DAP única. A completude dos dados é garantida para ambos os anos, abrangendo todos os municípios do estado e incluindo os campos essenciais: nome do produtor, número da DAP e município. Além disso, o conjunto de dados oferece recursos para visualização e análise, como totalizações, comparações e organização, facilitando o trabalho da secretaria.



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



- SEMAGRO - Estatística de locais atendidos:
 - Apresenta informações sobre locais atendidos (assentamentos e aldeias), extraídas do cadastro das DAP's. Apesar de conter dados sobre propriedades, DAP's e áreas, a heterogeneidade e incompletude dos registros restringem sua utilidade para pesquisas futuras, servindo principalmente para totalizações de produtores/famílias por localidade. No entanto, a base pode ser utilizada em conjunto com outras fontes de dados para complementar informações sobre os locais atendidos e suas características.
 - O arquivo apresenta 27 abas contendo informações e campos heterogêneos, majoritariamente dados pessoais, da propriedade, da DAP e da área do imóvel. Com cerca de 6.200 entradas, os dados são heterogêneos e incompletos, sugerindo sua utilidade principal para totalizações de produtores/famílias atendidas por localidade, em vez de análises mais detalhadas.

2. Senaes

- SENAES - SIES - BASE SIES 2010-2013 FINAL (corrigida):
 - Esta base oferece um panorama abrangente dos empreendimentos de economia solidária no Brasil entre 2009 e 2013, representa o levantamento mais completo sobre o tema. Apesar de alguns registros em branco devido à complexidade da coleta, a base foi fundamental para a construção do painel dos empreendimentos do estado no período, disponível no site do OBCOOP. A riqueza de informações permite análises aprofundadas sobre o perfil dos empreendimentos, seus desafios e potencialidades, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas para o setor.
 - A base de dados em questão é composta por 846 campos distintos, que fornecem um conjunto abrangente de informações sobre os empreendimentos de economia solidária no período analisado. Com um total de 19.708 entradas de dados, essa base oferece um rico panorama para análises e estudos sobre o setor, além de apresentar um dicionário de dados completo com informações sobre os campos constantes na base.



3. Funtrab

- FUNTRAB - OFICINAS COMPLETO 2017:
 - Contém informações sobre participantes das oficinas do Projeto MS Solidário, incluindo dados pessoais e de renda. A base é útil para avaliar os resultados do projeto, mas a presença de dados sensíveis exige atenção à LGPD.
 - É possível analisar o perfil dos participantes, sua evolução ao longo do projeto e o impacto das oficinas em sua renda e empregabilidade.
 - Possui 30 campos, com informações pessoais e de renda dos participantes, com 226 entradas de dados.
- FUNTRAB - RelatorioGeralEmpreendimentos:
 - Reúne dados sobre empreendimentos de economia solidária em MS coletados em 2017. A base contribuiu para a construção do painel dos empreendimentos do estado em 2017, disponível no site do OBCOOP.
 - A complexidade do levantamento resultou em alguns registros em branco. Apesar das lacunas, a base oferece um panorama dos empreendimentos no estado, permitindo identificar setores de atuação, modelos de gestão e desafios enfrentados.
 - A base de dados em questão é composta por 90 campos detalhados, que fornecem um panorama abrangente dos empreendimentos de economia solidária no período analisado. Com um total de 280 entradas, essa base oferece um conjunto substancial de informações para análises e estudos sobre o tema.
- FUNTRAB - SEMINÁRIOS 2017 - Completo:
 - Inclui dados pessoais e de renda de participantes de seminários em 2017, além de informações sobre os empreendimentos envolvidos. Assim como o arquivo “FUNTRAB - OFICINAS COMPLETO 2017”, pode ser utilizada para mensurar resultados do projeto, mas requer cuidados com a LGPD.



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



- A análise dos dados pode revelar o perfil dos participantes, o impacto dos seminários em sua capacitação e o desenvolvimento dos empreendimentos.
- O instrumento de coleta de dados estruturado em duas abas abrangentes, contendo 46 campos distintos, foi utilizado para registrar informações detalhadas sobre os 230 empreendimentos de economia solidária que participaram da ação.
- FUNTRAB - SEMINÁRIOS EES 2016:
 - Esta base apresenta dados de seminários realizados em 2016, mas possui registros incompletos e limitados a apenas dois municípios, o que restringe sua utilidade.
 - Apesar das limitações, a base pode ser utilizada para estudos de caso ou para complementar outras fontes de dados sobre os seminários realizados em 2016.
 - A planilha disponibilizada contém informações detalhadas sobre os empreendimentos de economia solidária participantes da ação. Estruturada em duas abas abrangentes, a planilha oferece um total de 106 campos de dados, abrangendo uma variedade de aspectos relevantes desses empreendimentos. No entanto, atualmente, a planilha possui apenas sete entradas de dados preenchidas.

4. Jucems

- JUCEMS - COOPERATIVAS ATIVAS, COOPERATIVAS EXTINTAS, COOPERATIVAS CANCELADAS (CANCELAMENTO Art60_Lei 8.934 94):
 - Estes três arquivos fornecem informações sobre cooperativas ativas, extintas e canceladas no Mato Grosso do Sul, com dados cadastrais relevantes. A ausência da data de coleta dificulta a análise temporal, mas os dados podem ser cruzados com outras fontes para enriquecer a pesquisa.
 - É possível identificar o perfil das cooperativas, seus setores de atuação, distribuição geográfica e evolução ao longo do tempo, contribuindo para o entendimento da dinâmica do cooperativismo no estado. Todos os arquivos possuem os mesmos 17 campos.



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



- JUCEMS - COOPERATIVAS ATIVAS: Possui 215 entradas de dados.
- JUCEMS - COOPERATIVAS EXTINTAS: Possui 41 entradas de dados.
- JUCEMS - COOPERATIVAS CANCELADAS (CANCELAMENTO Art60 Lei 8.934 94): Possui 299 entradas de dados.

5. OCB-MS

- OCBMS - Cooperativas_registradas 2021:
 - Contém dados cadastrais de cooperativas em MS, conforme registro da OCB-MS em 2021. A base foi utilizada na construção de um painel no Obcoop e oferece informações relevantes para análise do setor.
 - Permite identificar as principais características das cooperativas registradas, como porte, ramo de atividade e localização, auxiliando na formulação de políticas públicas e ações de fomento ao cooperativismo.
 - O conjunto de dados em questão contém informações sobre o cadastro de pessoas jurídicas em cooperativas, estruturado em 24 campos que descrevem as características desses cadastros. Atualmente, o conjunto abrange 107 entradas de dados, representando um número significativo de registros para análise e exploração.

A análise de dados apresentou um cenário diverso em termos de qualidade, organização e completude dos dados. Apesar dos desafios encontrados, como a presença de informações incompletas, heterogêneas e a falta de padronização em algumas bases, o potencial para pesquisas sobre o cooperativismo e a economia solidária no Mato Grosso do Sul é evidente.

As bases da Semagro, embora com limitações em termos de organização e dicionário de dados, oferecem um panorama valioso sobre os assentamentos, comunidades tradicionais e produtores rurais do estado. A base do Senaes, por sua vez, destaca-se pela abrangência e riqueza de informações sobre os empreendimentos de economia solidária em todo o Brasil, possibilitando análises aprofundadas sobre o setor.

As bases da Funtrab, apesar de algumas lacunas e da necessidade de atenção à LGPD, fornecem dados relevantes sobre os participantes e empreendimentos envolvidos em projetos de economia solidária, permitindo avaliar o impacto



Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023



dessas iniciativas. Já as bases da Jucems, com informações sobre cooperativas ativas, extintas e canceladas, oferecem um panorama da dinâmica do cooperativismo no estado, embora a ausência da data de coleta limite a análise temporal.

Por fim, a base da OCB-MS, com dados cadastrais de cooperativas registradas em 2021, contribui para a compreensão do perfil e das características do setor no estado.

Recomenda-se a adoção de práticas que otimizem o uso dos dados, como a padronização, atualização e observância da LGPD, além do cruzamento entre as bases. Com isso, será possível extrair informações valiosas para a compreensão do setor e a formulação de políticas públicas eficazes que impulsionem o desenvolvimento socioeconômico do estado. A criação de um repositório centralizado e padronizado, com acesso facilitado aos pesquisadores e gestores públicos, também seria um passo importante para potencializar o uso dessas informações.

Apesar dos desafios, o trabalho de coleta, tratamento e análise de dados, representa um ativo valioso para o desenvolvimento de pesquisas e ações que visem fortalecer o cooperativismo e a economia solidária no Mato Grosso do Sul. Com o devido tratamento e integração, essas informações podem contribuir significativamente para a construção de um futuro mais justo e sustentável para o estado.

Painéis Desenvolvidos

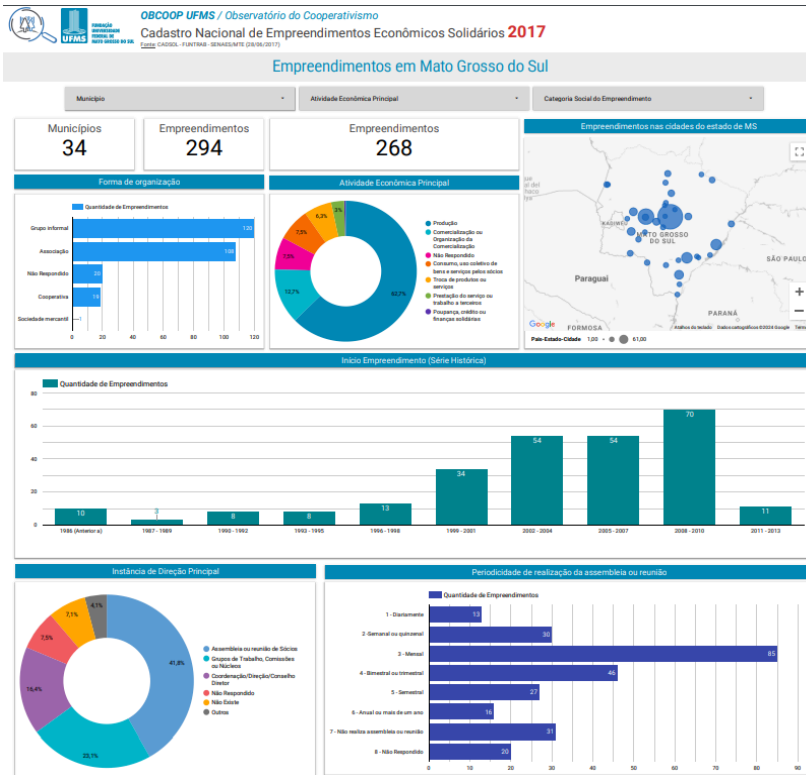
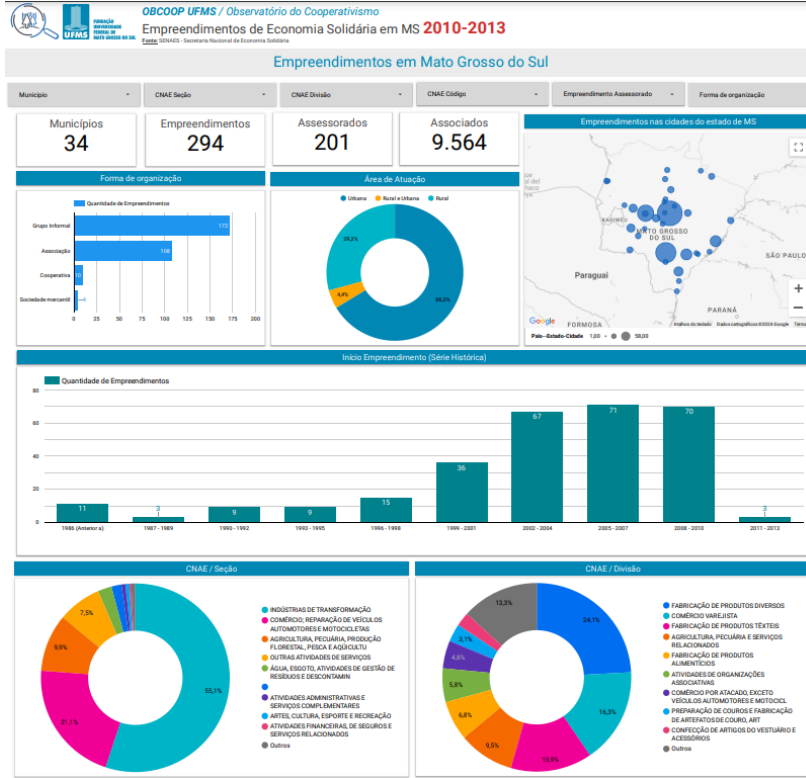
Foram trabalhados conjuntos de dados coletados tanto do sistema da Senaes, coletados no SIES, quanto da Funtrab, no projeto “MS Solidário”.

Os dados foram organizados e são apresentados em painéis dinâmicos, disponíveis no site: <https://obcoop.ufms.br/painel/>

Neste site, foram elaborados painéis denominados “Levantamento de Dados”, no período de 2010 a 2013 com dados do Senaes e de 2017, com dados da Funtrab, além da possibilidade de comparação entre as informações apresentadas.

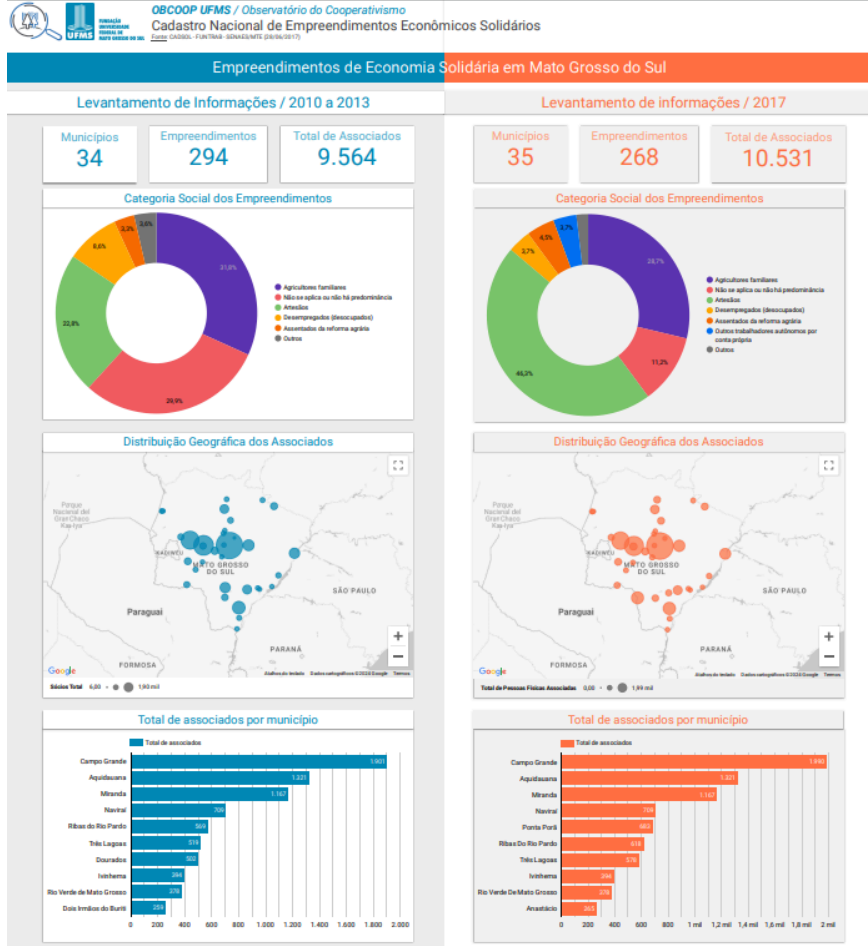


Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023





Análise da Economia Solidária no Estado de Mato Grosso do Sul 2002-2023





Conclusões e Recomendações do Trabalho

A análise da economia solidária em Mato Grosso do Sul evidencia um cenário promissor, marcado pelo crescimento de iniciativas e pelo apoio de instituições como a Funtrab e a Semadesc, o Sebrae e as prefeituras do Estado. No entanto, a descontinuidade de políticas públicas nacionais, como a extinção da Senaes, e os desafios na coleta e organização de dados sobre o setor, ressaltam a necessidade de ações mais estruturadas e integradas.

A descontinuidade de políticas públicas, como a extinção da Senaes em 2018, exemplifica ações que são de governo e não de Estado. Enquanto ações de Estado visam o bem-estar da sociedade a longo prazo, transcendendo mandatos governamentais, ações de governo são frequentemente atreladas a interesses políticos e agendas temporárias. Essa visão prejudica políticas públicas, como as voltadas à economia solidária, causando instabilidade e comprometendo o desenvolvimento sustentável do setor. A ausência de continuidade desestimula investimentos, dificulta o planejamento e impede a construção de um ambiente propício ao crescimento e consolidação de iniciativas, impactando negativamente a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Para impulsionar a economia solidária no estado, é crucial investir em coleta de dados sistematizada, que permita um conhecimento mais aprofundado do universo da economia solidária em MS. A criação de um sistema de informações abrangente e atualizado possibilitará a identificação de gargalos, o monitoramento de resultados e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Além disso, é fundamental fortalecer a articulação entre os diversos atores envolvidos, como órgãos governamentais, instituições de fomento, universidades e organizações da sociedade civil. A colaboração e o intercâmbio de experiências são essenciais para o desenvolvimento de ações conjuntas e a criação de um ambiente favorável ao crescimento da economia solidária.

Por fim, é importante reconhecer o potencial da economia solidária como ferramenta de desenvolvimento social e econômico, capaz de gerar trabalho e renda, promover a inclusão social e contribuir para a construção de um futuro mais justo e sustentável. O apoio e o investimento contínuo nesse setor são fundamentais para que Mato Grosso do Sul possa colher os frutos de uma economia mais humana e solidária.



**Análise da Economia Solidária no Estado de
Mato Grosso do Sul 2002-2023**





Referências Bibliográficas

AMORIM, H. J. L. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. **Revista Katálysis**, v. 8, n. 1, p. 73-82, 2005.

ARRUDA, M. Sócio-economia Solidária. In: CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ARRUDA, M. **Um outro mundo é possível: as alternativas da economia solidária e do comércio justo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

BLANC, J. **Les monnaies parallèles: Unité et diversité des expériences**. L'Harmattan, 2006.

CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Fundamentals of database systems**. 7. ed. Boston: Pearson, 2017.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C.; RIGO, A.; LEAL, L. Moedas sociais e territórios na experiência dos Bancos comunitários de desenvolvimento no Brasil. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS. 2011. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/moedas_sociais_e_territorios_na_experiencia_dos_bc_d_no_brasil.pdf

GAIGER, L. I. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. **Economia solidária: Conceitos, práticas, políticas públicas**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAVILLE, J. L. **A economia solidária: uma perspectiva internacional**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LECHAT, N. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

NUNES, R. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PEREIRA, E. C.; SANTOS, F. D. B. Financiamento da economia solidária no Brasil: Avanços e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 2, p. 228-237, 2011.



**Análise da Economia Solidária no Estado de
Mato Grosso do Sul 2002-2023**



SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. **Database system concepts**. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 2010.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. Novos Estudos Cebrap, v. 65, p. 77-87, 2003.

SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, M. N. M. **Complexidade e capital social na economia solidária: evidências empíricas dos empreendimentos organizados em redes no Brasil** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/46601/1/mnmsoares.pdf>